CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS A PARTIR DAS ARTES NA PRÉ-ESCOLA

DANIELE PACHECO SILVA

RESUMO

Este estudo mostra a importância do trabalho da construção da identidade étnico-racial na educação infantil da criança negra, e a importância da valorização a partir das práticas pedagógicas trazendo um breve histórico sobre educação infantil, leis e politicas que subsidiam o trabalho com a temática. Para tanto tomou como objeto de estudo a pratica pedagógica de duas professoras de educação infantil, com alunos de 4 a 5 anos, através de entrevista com as mesmas, via chamadas de vídeo e diálogos no WhatsApp (Devido a pandemia da COVID 19) afim de compreender como elas elaboram suas práticas em sala de aula, de modo que a proposta educativa, conectada com determinações da Lei 10.639/03 sejam exercidas no ambiente escolar. Sendo a Educação Infantil o primeiro passo da educação básica, trabalhar com a criança a educação étnico-racial permitirá que as mesmas relacionem-se com a diversidade sem preconceito, e consequentemente reconheça e aceite sua identidade. Com a exposição dos resultados da pesquisa, espero contribuir para mostrar a importância do trabalho com questões étnico-racial na educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Educação; Educação Étnico-Racial; Pré-Escola na Periferia; Identidade.

Introdução

Buscar-se-á através deste estudo compreender o processo de construção da identidade da criança negra nas séries iniciais, considerando a prática pedagógica, acesso a materiais didáticos e contextos culturais que permitam o seu reconhecimento étnico.

O racismo cada vez mais presente no contexto escolar, consequência direta de um período escravista no Brasil e que ainda resulta de ações preconceituosas, trata-se de uma discussão necessária para promoção de uma educação democrática e comprometida com o pleno desenvolvimento do sujeito em sociedade. A escola nesse sentido torna-se um importante espeço que deve propor práticas afirmativas a cultura afro-brasileira, contribuindo para a desconstrução do preconceito racial, possibilitando a reflexão sobre o valor da igualdade e valores humanos.

O interesse por este tema resulta de minha observação sobre o público infantil (quatro a sete anos), que permitiu-me identificar crianças negras que já apresentam uma identidade negativa com relação ao grupo étnico que pertencem. A atitude de negação de pertencimento racial por parte das crianças negras é consequência herdada de um passado escravista, como já mencionado, considerando no contexto aqui retratado a desvalorização da população negra entre crianças negras e brancas, considerando também a ausência de práticas pedagógicas (desenhos, livros, jogos, brinquedos e brincadeiras) que valorizem o grupo étnico pertencente na escola.

Este estudo tem como base a aprovação e implementação da Lei 10.639 de 09/01/2003 que dimensiona o ensino de história da África e Cultura Afro- brasileira no currículo escolar, tornando-o obrigatório na educação básica, que subsidiam minhas inquietações e questionamentos por entender se os caminhos percorridos na educação infantil promovem a igualdade racial, se as escolas dispõem de materiais didáticos que permitam ao aluno reconhecer-se eticamente e não “moldar-se” ao proposto, para que haja assemelhação, desen-

raizando a sua identidade.

Acerca deste entendimento e que proponho o estudo desta questão.

EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRICO, CONCEITO E CONCEPÇÕES

Breve Histórico

A educação infantil nem sempre teve um lugar de destaque na formação da criança nas sociedades antigas, a educação para as séries iniciais surgiu como instituição assistencial que tinha como objetivo suprir as necessidades das crianças e de substituir o papel da família.

Apoiada em Josiane Dourado (2012), traçarei um breve histórico da educação infantil no Brasil. Fruto da revolução industrial surgem as creches em função da crescente urbanização e estruturação do capitalismo e com isso, a mulher passa a ocupar o mercado de trabalho. Nasce, desse contexto, a necessidade de um lugar onde as crianças pudessem ficar sob cuidados, durante o período de trabalho de seus pais. As creches preenchiam a necessidade surgida pela "ausência dos pais" para a classe trabalhadora, exercendo o cuidar como atividade principal dessas instituições.

A partir da década de 1980 estudos e pesquisas foram realizados com o objetivo de discutir a função da creche /pré-escola. Defende-se a partir dessa década então que independente da classe social, a educação da criança pequena é extremamente importante e que todas devem ter acesso a ela. Em 1988 a Constituição define creche/pré-escola como direito da família e dever do Estado em oferecer este serviço.

Dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à educação infantil.

Com a promulgação da Emenda Constitucional, em 1996, cria-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o artigo 62 foi pioneiro ao estabelecer a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil. A lei explicita que a formação do educador desse segmento deve ser "em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal".

Em 2014 o MEC publicou o documento Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece 20 metas nacionais com análises específicas que deveriam ter sido atingidas até o ano de 2016, metas como políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, centralizando as crianças negras e pobres, crianças portadoras de algum tipo de deficiência, destacando também a necessidade de qualificação dos profissionais, Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos são, hoje, os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil do país.

Os principais documentos para a elaboração e avaliação das propostas pedagógicas na Educação Infantil, são o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a LDB, a educação infantil passa a ser vista como a junção do educar e cuidar. A Educação Infantil, para atender essa nova demanda, necessita alterar suas práticas pedagógicas, a proposta pedagógica é sem dúvida uma ferramenta importante, se não fundamental, para o sucesso do processo educacional.

Para Vigotsky;

[...] os primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação caminham juntos, a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista, na imaginação a direção da

consciência tende a se afastar da realidade. Esse distanciamento da realidade através de uma história, por exemplo, é essencial para uma penetração mais profunda na própria realidade, afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária possibilita processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece. VIGOTSKY (1992, p.128)

De acordo com a autora Josiane Dourado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional chama o equipamento educacional que atende crianças de 0 a 3 anos de "creche". O equipamento educacional que atende crianças de 4 a 6 anos se chama "pré-escola", e os documentos que subsidiam a pratica neste contexto educacional orientam os profissionais docentes no sentido de que a experiência escolar neste período, deve ser explorada com diversidade e práticas que contribuam para a socialização o educando, já o preparando para o exercício da cidadania, construindo sua identidade e respeitando as diferentes culturas.

Leis e políticas que orientam a Educação Infantil

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil: "A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica" (BRASIL, 2006, p.7)

A liberdade, respeito, dignidade e o direito a educação são direitos específicos das crianças. A educação no Brasil hoje é um direito assegurado pela Constituição de 1988, o Capítulo III da lei, compete a Educação, mostra o dever do estado perante todos os níveis de ensino, destacando aqui a Educação Infantil, onde destaca-se o escrito na Art.2018, IV- o "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". O Art. 211, parágrafo 2°, determina que "os Municípios atuarão prioritariamente, no Ensino Fundamental e pré-escolar". (BRASIL,1988).

O ambiente escolar de educação infantil atual faz com que a sociedade veja com outros olhos esse espaço, que era somente dedicado ao cuidar, passa-se a enxergá-lo como um ambiente de socialização percepção e onde suas habilidades são estimuladas e desenvolvidas com maior facilidade, com relação àquelas crianças que não possuem acesso à escola. O ambiente escolar das séries iniciais possibilita o novo para a criança, fazendo com que ela aproxime-se do ambiente "educacional", expandido as possibilidades do que é esperado nos anos seguintes de escolarização.

A primeira etapa da educação infantil é a educação básica, fase onde as crianças estão desenvolvendo-se aprimorando suas habilidades fundamentais para a inteligência e desenvolvimento da personalidade. O principal papel das escolas de educação infantil nessa fase deve ser de acompanhamento, acolhimento e avaliação do desenvolvimento dessas crianças, com registros feitos pelo professor, para que possam ser promovidos para os anos seguintes, como previsto na LDB Capitulo II da educação básica, Seção II da Educação Infantil.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996, p.8)

Conforme previsto com o Conselho Nacional de Educação , Resolução n° 3 de Agosto de 2005 amplia-se o ensino fundamental para 9 anos de duração, onde as crianças de 6 anos iniciam o 1°ano do ensino fundamental . Deste modo as creches e pré-escolas atenderam as crianças até 5 anos de idade, de 0 à 3 anos em creches, e as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, período diurno , jornada integral ou parcial.

A concessão das vagas nas instituições de educação infantil deve ser ofertada próximo às residências das crianças, disponibilizando estabelecimentos com condições necessárias para um bom funcionamento em questões estrutural, equipe técnica, e de atendimento as crianças, seus familiares e a comunidade, realizando assim uma importante aliança entre escola e família, no processo educacional infantil. A educação básica deve promover igualdade de oportunidade para todas as crianças, independentemente de sua classe social, o respeito, a liberdade, cuidados higiênicos, atividades recreativas e brincadeiras onde possam adquiri conteúdos escolares, valores sociais, aceitação e respeito ao próximo.

As leis que fundamentam o papel da educação para as crianças no Brasil são: Constituição Brasileira (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – a LEI 8.069/90, a LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/96. Todos abordam o direito da criança de estar na escola, e a obrigação do poder público em ofertar as vagas, assim como obrigação dos pais em matriculá-las.

O início da vida escolar do educando dá-se através da Educação Infantil, para isto a aprendizagem de ocorrer de forma significativa, os conteúdos e métodos de ensino, o ambiente deve estar de acordo com a necessidade e a faixa etária de cada criança. Pautados sempre nos documentos oficiais que fazem auxilio as práticas do profissional da educação, a educação infantil deve cumprir o papel de acolher as crianças contribuindo para o seu desenvolvimento pleno e construção de identidade.

RCNEI

O referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI deve ser compreendido pelo professor como uma proposta flexível voltada especificadamente para Educação Infantil, que visa à estruturação de propostas educacionais adequadas à especificidade de cada região do país. O RCNEI é parte integrante da série de documentos Parâmetros Curriculares Nacionais, foi produzido pelo MEC e publicado em 1998 e disponibilizado a todas as escolas do Brasil. O documento subsidia o professor das séries iniciais, com o objetivo de auxiliar o processo educativo integrando cuidado, educação e as brincadeira, possibilitar a reflexão sobre os objetivos educacionais, conteúdos e orientações didáticas, propondo assim o respeito aos estilos e a diversidade cultural brasileira. O RCNEI é um norteador para os profissionais da educação infantil, um guia passo a passo contemplador para a prática pedagógica diária, dividido em três volumes; Introdução; Formação pessoal e social e Conhecendo do mundo.

1° Volume: Introdução

O livro de introdução do documento fala sobre características do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, ações que contribuem para o exercício da cidadania, respeitando os direitos das crianças, apresenta

também alguns conceitos referentes à área da Educação Infantil. Destacando o direito da educação de crianças com necessidades especiais e o papel do professor.

Neste primeiro volume o Referencial Curricular Nacional traz como objetivos gerais da educação infantil práticas onde as crianças possam desenvolver certas capacidades como: atuar de forma independente, descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, possibilitar de forma gradativa a comunicação social, explorar o ambiente, brincar, expressar emoções, sentimentos, pensamento, conhecer diferentes manifestações culturais valorizando a diversidade.

2° Volume: Formação pessoal e social

O caderno 2 do RCNEI atenta para os processos de construção da identidade e autonomia das crianças, expondo o processo de formação pessoal e social evidenciando que esses processos acontecem de modo que as crianças vão interagindo com o meio em que está inserido e também através do relacionamento com as demais crianças e adultos, compreendendo assim as diferenças existentes na sociedade.

O reconhecimento da identidade se dá primeiramente a partir do nome, pelos aspectos sociais e físicos, como um processo de construção gradativa, vai apresentando um desenvolvimento de características próprias onde à convivência com a família e diferentes grupos sendo estes grupos étnicos, religiosos e culturais, possibilitam que a criança comece a perceber as diferenças que existem entre as demais. Trabalhos que abordem essas diferenças possibilitam que as crianças tenham aceitação com relação aos demais e também a si mesmas, o trabalho possibilitará as crianças a reconhecer as características dos outros, contribuindo também para a sua autonomia.

A construção do processo de autonomia da criança é o amadurecimento onde cada criança cresce e vai se tornando capaz de tomar suas próprias decisões, a partir de regras e valores já estabelecidas pelos adultos.

Com base no Referencial nota-se que a aprendizagem das crianças acontece em conjunto, no relacionamento uns com os outros, sejam entre crianças ou adultos, a interação traz possibilidades de aprendizagem. “Dentre os recursos que as crianças utilizam destacam-se a imitação, o faz-de-conta, a oposição, a linguagem e a apropriação da imagem corporal” (BRASIL, 1998, p.21).

Ao final do segundo volume do referencial são apresentadas orientações gerais ao professor, com relação às atividades e projetos evidenciando a importância do professor de educação infantil de cultivar uma relação sincera e de confiança para com as crianças, desenvolvendo um bom relacionamento, integrando-se em sua vida escolar desde as atividades, brincadeiras, cuidados e alimentação.

3° Volume: Conhecimento do mundo

O último caderno do Referencial Curricular Nacional apresenta seis eixos temáticos: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática expondo ao professor as finalidades de se trabalhar esses temas na educação infantil.

O Movimento primeiro eixo do RCNEI 3 aborda a importância de se trabalhar com essa linguagem corporal, através do brincar, dançar, correr, pular, sentar, levantar as crianças vão desenvolvendo relação de interação com o ambiente e conhecendo seus limites e potencialidades.

A seguir o Referencial apresenta a música como forma de expressão e comunicação. Integrar a música no contexto escolar “Tem sido em muitos casos, suporte para atender a vários propósitos, como a formação de hábitos atitudes e comportamentos: lavar as mãos

antes do lanche, escovar os dentes, respeitar o farol etc." (BRASIL, 1998, p. 97)

As artes visuais é um eixo importante no contexto da educação infantil, pois a partir do contato das crianças com as cores e esboço de seus rabiscos evidencia-se como elas são capazes de perceber as coisas ao seu redor e tentam reproduzi-las.

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados entalhes etc. (BRASIL, 1998, p.85)

Ao abordar a Linguagem Oral e Escrita, o referencial demonstra a importância inicialmente da fala, evidenciando o ambiente das creches e pré- escolas como fonte acolhedora de diálogos para que as palavras possam ser aprimoradas. Destacando também a importância de realizar atividades de leitura comtemplando e permitindo sempre as inferências das crianças nas histórias com seus próprios pensamentos e questionamentos, ampliando seu desenvolvimento na fala, o ouvir, possibilitando o conhecimento futuro das letras, de ler e iniciar as primeiras palavras escritas começando pelo seu próprio nome.

O eixo Natureza e Sociedade do Referencial, descreve que o meio social em que a criança está inserida possibilita a ela experiências de mundo, desta forma os conteúdos dispostos nesse caderno devem ter significado para suprir as necessidades da criança.

Em relação ao eixo de Matemática, o ensino matemático deve já nesta fase ser inserido como uma necessidade social, práticas que permitam que as crianças compreendam a matemática no cotidiano através das datas de aniversário, número de telefone, da casa. Os conteúdos matemáticos na educação infantil devem ser abordados a partir das brincadeiras de contagem, identificação dos números, comparação de quantidades, tamanhos e formas, partindo sempre do cotidiano das crianças.

Abordagens da questão étnico-racial

Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo aberto. O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo, são alguns aspectos dessa ideologia.

Kabenguele Munanga

O conceito atual utilizado para nos diferenciar do outro denomina-se Diversidade que está ligado ao diferente, neste sentido passamos a pensar a diversidade como diversas formas de expressões, seja elas de caráter físico, neurológico, psicológico quanto aos aspectos de ordem sociocultural: sexualidade e gênero, religião, língua, geração, heranças étnicas e tantas outras .

A autora Eliane Cavalleiro (2003) apresenta uma análise importante para diferenciar os conceitos de racismo, preconceito e discriminação étnica. De acordo com a autora, o racismo apresenta-se como uma ideologia que permite o domínio sobre um grupo, por exemplo, judeu, negro ou mulçumano, pautado apenas em atributos negativos imputados a cada um deles. No Brasil podemos identificar o racismo quando realizamos leituras comparativas, quantitativas e qualitativas referentes a desigualdades sociais e suas consequências na vida da população negra e branca.

A autora define o preconceito como um julgamento prévio atribuído negativamente em relação às pessoas ocupantes de qualquer outro papel social significativo.

A principal função das instituições edu-

cativas é a de possibilitar ao sujeito o reconhecimento do outro, em sua totalidade, de crenças, religião e opção sexual, construção e reconhecimento de sua identidade, tornando-os assim cidadãos tolerantes a diversidade, conforme descrito na citação;

As instituições educativas têm uma função básica de socialização e, por esse motivo, têm sido sempre um contexto gerador de atitudes. Isso significa dizer que os valores impregnam toda a prática educativa e são aprendidos pelas crianças, ainda que não sejam considerados como conteúdos a serem trabalhados explicitamente, isto é, ainda que não sejam trabalhados de forma consciente e intencional. (BRASIL, 1998, p.51)

Ao abordar a discriminação étnica a mesma mostra-se em condições sociais dadas de suposta igualdade entre negros e brancos, favorece-se mais um grupo que o outro nos aspectos sociais, educacionais e profissionais. A discriminação racial evidencia-se em nossa sociedade como um processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e toda a sociedade brasileira, direta ou indiretamente. Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças é parte da educação que inclui a temática da diversidade como eixo norteador.

De acordo com o que está disposto no Art VII da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer discriminação. (BRASIL, 1948)

Desta forma, a educação infantil tem o dever de preparar o indivíduo para existência das diferenças étnicas, já que ela, impreterivelmente permeará a sua relação com os demais cidadãos.

Contexto étnico-racial da educação Infantil

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Vol. 2, Formação Social e Pessoal:

Para que seja incorporada pelas crianças a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas. (BRASIL, 1998, p.41)

O trecho acima citado reforça a concepção que tratar desde cedo à temática da diversidade em seu amplo conjunto, teremos como resultados o desenvolvimento de uma postura tolerante, aceitável e de respeito com o outro desde a infância, Porém nota-se que há um número bastante reduzido de pesquisas que analisam a questão étnica na educação infantil no Brasil, está abordagem é realizada geralmente a partir do primeiro grau, as pesquisas justificam que está abordagem e realizada de forma tão tardia devido a dificuldade que se tem em obter informações com crianças muito pequenas, Mas em contrapartida pesquisas mostram a existência da problemática étnica na educação infantil, sinalizando a realidade de práticas discriminatórias na relação interpessoal entre adultos adultos/crianças, não evidenciando de forma clara a existência de discriminação entre as crianças.

De acordo com Oliveira (2012), em pesquisa realizada com profissionais de creches e pré-escolas evidencia-se a existência de práticas raciais discriminatórias nas relações interpessoais- adulto/adulto e adulto/criança.

A autora destaca também a importância de uma discussão a respeito da temática étni-

ca no campo da educação infantil, para que as crianças tenham familiaridade com a diversidade, para que saibam lidar com a diferença, trabalho este que deve ser iniciado com o dialogo em sala de aula para que as descobertas das diferenças possam ser orientadas corretamente.

Os preconceitos devem ser trabalhados e combatidos, penso intentando um trabalho de reconhecimento precoce da diversidade étnica e dos problemas que o preconceito e discriminação acarretam em solo brasileiro, partindo do contexto educação-infantil- familiar e escolar "Possibilitem vivencias éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade " (BRASIL, 2010, p.26)

LEI 10.639/63

A Lei de n° 10.639/63 foi criada e assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em Janeiro de 2003, e torna o ensino obrigatório da história e cultura Afro-brasileira e africana no ambiente escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História do Brasil, instituindo também o dia

20 de novembro no calendário escolar como "Dia Nacional da Consciência Negra", atendendo ao requerimento histórico do Movimento Negro no Brasil, marco na promoção da igualdade no Brasil.

A integração da história e cultura Afro-brasileira e africana é necessária para combater a exclusão racial, além de reafirmar uma historia e cultura que é nossa. A Lei estabelece como obrigatoriedade o ensino nos currículos escolares em toda a rede pública ou privada, reforçando assim o respeito a diversidade através do resgate histórico, familiarizando o educando com o contexto do processo de escravidão, até conhecimentos históricos e culturais da África, fortemente manifestados em nossa cultura. (BRASIL, 2004, p.35)

O ensino da cultura afro possibilita o conhecimento e o debate promovendo uma aproximação do excluído e do negado, evidenciando que a identidade negra está inserida em nossa genética e é passível de respeito e tolerância.

A Lei pauta-se em produzir conhecimentos, valorizar a história através do ambiente escolar, promover o respeito e atitudes que fortaleçam a pluralidade étnico-racial, considerando que a população brasileira é formada por contribuições de vários povos, a lei 10.639 busca a valorização e o reconhecimento da população negra em nosso país, responsável pela maior parte do crescimento do país.

Destaca-se ainda que a Lei n° 10.639/03 indica uma amplitude de possibilidades ensino-aprendizagem, que exige de comunidade escolar, em especial dos educadores, uma reeducação sobre relações étnico- raciais, de gênero e de sexualidade, numa perspectiva democrática e cidadã. Conforme ressalta o Parecer n° 003/2004, 'para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico- raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos' (São Paulo, 2008, p. 20)

Amplamente dotado e com grande contribuição para a construção de nossa cultura o currículo escolar deve passar por reformulações, incluindo em suas práticas conteúdos relacionados a história e cultura afro-brasileira. Os professores devem abordar questões que apresentem o contexto em que as pessoas negras escravizadas encontravam-se no Brasil, destacando seus costumes, crenças e tradições. A partir da familiarização e reconhecimento da forte influência da cultura afro-brasileira na sociedade atual é que os alunos irão compreender os reais motivadores para elaboração da Lei 10.639.

Resolução 01/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para as relações étnico-raciais

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituiu-se na Resolução 1 ° de 17 de junho 2004, os conteúdos e práticas que deveriam ser implementadas para efetivação do exercício da lei 10.639/03.

A Resolução 01/2004 destaca a importância da formação inicial e continuada dos professores determinada como obrigatória e indispensável, propondo para que a formação aconteça de modo que os conteúdos sejam ministrados e acompanhados por toda a equipe técnica da escola, supervisão, gestão, coordenação pedagógica, prestando subsídios e recursos necessários aos professores que são responsáveis por transmitir os conhecimentos na área para os educandos. Além de disciplinar os conteúdos de disciplinas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, disciplina também atividades, e responsabilidades das instituições de educação.

Desde a criação da Resolução 01/2004 as escolas da Educação Básica do país passaram a ter um documento que orientam as práticas pedagógicas referentes a Lei 10.639/03.

Dentre todos os grupos étnicos, a população negra no Brasil foi a que mais sofreu injustiças históricas e seculares, pautados no objetivo de corrigir esta dívida histórica o governo brasileiro tem procurado promover uma proposta de educação diferenciada, promovendo a valorização das diversas presenças étnicas que compõe nossa sociedade.

Uma educação de qualidade é uma educação integradora, onde as culturas e os valores possam estar presentes em sala de aula, é isso que pretende a Educação para as relações étnico-raciais, possibilitar condições favoráveis para que a Educação aconteça, condições materiais, físicas e intelectuais, um ambiente onde a aprendizagem aconteça de forma igualitária, com a participação de políticas públicas.

Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmo, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (BRASIL, 2004, p. 18).

A escola deve desenvolver práticas que reafirmem de forma positiva a cultura africana na sua arte, danças, religiosidade e diversos outros contextos, o documento propõe trabalhar e propor criticamente a reflexão das datas significativas; 13 de maio Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo e divulgação dos significados da Lei Aurea para negros, Dia 20 de Novembro será celebrado como o Dia Nacional da Consciência Negra e Dia 21 de março Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

A escola deve possibilitar o reconhecimento e a valorização da cultura do outro, promovendo experiências e ações educativas de combate ao racismo e a discriminação, a responsabilidade do professor deste contexto é formar indivíduos pensantes e preparados para o convívio com a diversidade.

Cultura Afro e educação infantil

Com base na Lei 10.639/03, a cultura afro-brasileira e africana devem estar inseridas nos currículos da Educação Fundamental e no Médio, buscando proporcionar uma aprendizagem significativa e um resgate da história do povo Brasileiro. A escola pode contribuir para o combate do preconceito a partir de um

trabalho efetivo com práticas antirracistas que busquem a construção de uma autoimagem positiva da criança negra.

Segundo Cavalleiro (2003, p. 10),

A relação diária com crianças de quatro e seis anos permitiu- me identificar que, nesta faixa de idade, crianças negras apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem.

Sendo assim, promover a igualdade racial no âmbito escolar é uma necessidade para reparar os danos cometidos anteriormente e que ainda hoje com o direito de igualdade nas relações raciais ainda não estão sendo completamente cumpridos, tendo em vista que a construção de identidade étnico-racial se dá na interação com o outro, seja na escola, na família, em qualquer espaço social.

Dessa forma, a identidade do sujeito é o resultado de um processo de construção social, onde nós enxergamos através do olhar do outro.

"A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. É essa visão do processo educativo escolar e sua relação com a cultura e a educação — vista de uma maneira mais ampla — que nos permite aproximar e tentar compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade negra e sua articulação com os processos formativos dos professores e das professoras. É também essa visão que nos possibilita compreender a presença da dimensão educativa em diferentes espaços sociais e não somente no interior da escola". (Gomes, p. 170/71, 2003, citado por Moura, 2012).

Com base na citação acima é indispensável o trabalho com a diversidade étnica na Educação Infantil, iniciar a valorização das diferenças na idade 0 á 5 anos é essencial, pois ajuda a promover uma educação igualitária para todos.

De acordo com as Orientações Curriculares é importante o trabalho com a questão étnico-racial com as crianças da Educação Infantil proporcionando o reconhecimento da importância de vários povos na formação da sociedade. Para tanto, várias ações devem ser colocadas em prática objetivando:

• Organizar os espaços educativos contemplando a diversidade étnica e cultural do contexto em apreço.
• Objetivar, nos espaços educativos, a distribuição igualitária de atenção e afeto a todas as crianças.
• Apresentar materiais e brinquedos que remetam à ancestralidade africana e à compreensão dos signos e significados da população negra.
• Evidenciar a contribuição de ascendência africana (e outras), por meio de contos, cantos, danças, trajes, alimentos e demais manifestações do repertório cultural presentes no cotidiano.
• Valorizar a oralidade como instrumento de transmissão de conhecimento.
• Acolher a diversidade material e cultural das crianças, atentando ao combate dos preconceitos raciais e outros.
• Conhecer e valorizar a origem e histórico de cada indivíduo dentro do grupo.
• Envolver famílias e comunidade nos projetos da instituição e seus registros.
• Superar a dicotomia educar/cuidar, desmistificando preconceitos que se originam da comparação entre essas ações.
• Considerar as diversas tradições culturais como essenciais ao processo educativo, independente da etnia e condição social em que se originam, buscando romper com os preconceitos já instituídos e buscando formas de construir atitudes de respeito e de solidariedade.
• Garantir a formação de vínculos que conduzam a uma postura ética e de valorização da vida, respeitando tanto os humanos como os demais seres vivos.

Fonte: Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial do Estado de São Paulo, 2008, p.89.

Ao atingir estes objetivos acima citados, as crianças já serão capazes de aceitar a diferença no outro, construindo um futuro harmonioso valorizando a pessoa negra, cultura e história africana e afro-brasileira.

O trabalho com o ensino da história e cultura afro-brasileira na Educação Infantil

possibilita a formação de cidadãos com mentes abertas. Nossas crianças precisam ter o conhecimento de que a sociedade brasileira é uma sociedade mista e multicultural uma realidade que precisa ser assimilada desde a Educação Infantil.

Para formarmos cidadãos conscientes precisamos mediar o conhecimento da verdadeira história africana e do Brasil africano, à nossas crianças nas séries iniciais da Educação Infantil, considerando que a formação da criança é construída a partir de situações onde ocorrem trocas de experiências entre professor/ aluno, aluno/professor, aluno/aluno. Contexto este propicio para inserir a história e cultura afro-brasileira visto estarem abertos ao novo e relativamente livres de preconceitos.

Desta forma, conclui-se que o ensino de história e cultura Afro-Brasileira para Educação Infantil, é necessária para que possamos mostrar as crianças que todos nós somos diferentes formando assim cidadãos capazes de conviver em sociedade, livres de preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o termino da pesquisa e conhecimento sobre os principais documentos que subsidiam a proposta de educação étnico-racial, torna-se ainda mais significante que trabalhar o tema na Educação Infantil é possível e necessária.

A educação étnico-racial possibilita a formação de cidadãos livres de preconceito e relações harmoniosas em sociedade.

O trabalho de pesquisa na escola participante me possibilitou o contato com detalhes que mostram o quão o professor é uma peça fundamental em sala de aula, como mediador de práticas educativas que rompam com o preconceito, e possibilitem aos educandos reconhecer sua identidade a partir de questões levadas para sala de aula, que tratem sobre diversidade, racismo e raça, possibilitando que a criança veja o negro como um protagonista importante para a formação da sociedade e não apenas como um ser humano que sempre foi escravizado e excluído da história.

Com esta pesquisa constatei que as crianças da Educação Infantil, mostram-se capazes de tratar as pessoas negras de forma diferente, dos demais, relacionamento este caracterizado como preconceituoso, com colegas e pessoas negras de seu convívio. Diante deste contexto, notamos que os profissionais pedagogos atuantes na escola em questão, mostram-se distantes de práticas que abordem a educação étnico-racial, e muitas das vezes reproduzem expressões e atitudes racistas, não reconhecendo-se quanto pertencentes ao grupo étnico, silenciando atitudes discriminatórias presenciadas no contexto educacional.

Nota-se também através da pesquisa que as atitudes de discriminação racial, ocorrem dentro da sala de aula entre crianças brancas e negras mas também entre crianças pertencentes ao mesmo grupo étnico (negro), e esta observação torna-se ainda mais alarmante quando consideramos que a escola, está inserida em uma região da periferia da cidade de São Paul, onde temos grande parte dos habitantes pertencentes ao grupo étnico negro.

Para que a Lei 10.639/03 seja uma prática no contexto da Educação Infantil, é necessário que se faça uma aproximação de maneira que desde as series iniciais as propostas relativas à história da cultura África e afro-brasileira, sejam inseridas de fato no cotidiano da Educação Infantil. Os professores precisam propor aprendizagens significativas, a formação continuada para professores da Educação Infantil torna-se um fator primordial, já que estes ainda não se sentem seguros em trabalhar com o tema.

Concluir dizendo que a educação étnico-racial deve ser inserida e é necessária já